



A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE LUTA: AS EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE JOVENS MILITANTES DE PORTO ALEGRE (RS)

UNIVERSITY AS A SPACE OF STRUGGLE: POLITICAL EXPERIENCES OF YOUNG MILITANTS FROM PORTO ALEGRE (RS)

 **Camila Bonin Liebgott**

Mestranda em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil.

 **Marina Dadico**

Doutoranda em Latin American and Latino Studies
Universidade da Califórnia, Santa Cruz - UCSC.
Santa Cruz - Estados Unidos

 **Samantha Medeiros Ferreira**

Graduação em Psicologia.
Universidade Ritter do Reis – UNIRITTER.
Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil.

Resumo: O presente artigo sistematiza relatos de experiências de três jovens militantes de Porto Alegre (RS), feitos em uma mesa de discussão promovida no âmbito do Seminário Avançado, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, em 2022. Com base em teorizações de Lahire (1998) acerca da escrita e reflexividade sobre si, analisa-se a presença de negros e não heterossexuais no espaço universitário, bem como as trajetórias de militância potencializadas nesse espaço. As ações coletivas das quais as militantes participam envolvem, principalmente, lutas contra o racismo (FANON, 2008; MBEMBE, 2018) e contra a lesbofobia (LORENZO, 2012). Conclui-se que, para muitos jovens, o espaço universitário possibilita a aproximação com coletivos e movimentos sociais. Assim, entende-se que as lutas mobilizadas nos espaços universitários têm caráter amplo, perpassando ações em defesa da educação, como também lutas antirracistas, anticapitalistas, anticapacitistas, antifascistas e contra a LGBTfobia, sendo necessárias para potencializar a reflexão sobre esses temas.

Palavras-chave: relatos de experiência; juventudes; militância; educação; movimentos sociais.

Abstract: The present paper systematizes experience reports of three young militants from Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brazil), made in a discussion panel promoted within the Advanced Seminar offered by the Post-Graduate Program in Education of the Federal University of Rio Grande do Sul, in 2022. Based in Lahire's (1998) theorizations on writing and reflexivity of self, the paper analyzes on the black and non heterosexual presence in university, as well as on militant trajectories potentialized in this space. Collective action in which these militants engage with involve mainly the struggle against racism (FANON, 2008; MBEMBE, 2018) and against lesbophobia (LORENZO, 2012). The study comes to the conclusion that, for many young people, the university space facilitates the approximation with collectives and social movements. It is understood that the fight that is galvanized in university spaces has a wide character, ranging from action in defense of education, as well as the antiracist, anticapitalist, anticapacitist, antifascist and anti LGBTphobia struggles, with the need to potentialize a reflection on these themes.

Keywords: experience reports; Youth; militancy; education; social movements.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

LIEBGOTT, Camila Bonin; DADICO, Marina; FERREIRA, Samantha Medeiros. A universidade como espaço de luta: as experiências políticas de jovens militantes de Porto Alegre (RS). *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 05-18, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n2.22922>.

1 Considerações iniciais

Este artigo se insere na temática das ações políticas juvenis contemporâneas e aborda sua presença no mundo universitário como possibilidade de inserção nos movimentos sociais, a partir das experiências de três jovens militantes de Porto Alegre (RS). Os relatos são resultado da participação no Seminário Avançado “Juventudes e Ação Política: individuação, reflexividades e redes de mobilização”, organizado pelos professores Leandro Pinheiro e Maurício Perondi, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As autoras do presente texto integraram a mesa “Gênero e sexualidade no contexto brasileiro: diálogos com ativistas de movimentos feministas e LGBTQ+”, em março de 2022, em formato on-line. Buscamos, neste artigo, refletir sobre a relevância da presença de negros e não heterossexuais no espaço universitário, bem como as trajetórias de militância potencializadas nesse mesmo espaço, tomando como ponto de partida nossas narrativas, preparadas para exposição na mesa de relato de experiências. Somos militantes de coletivos e movimentos sociais de lutas, especialmente antirracistas e contra a lesbofobia.

Para Gomes (2017, p. 16), os movimentos sociais são “os produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade”. Na mesma perspectiva, Gohn (2011, p. 335) afirma que a participação social em movimentos e ações coletivas gera aprendizagens e saberes, e os descreve como: “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Nesse contexto estão os movimentos estudantis, organizados nas escolas e universidades e protagonizados pelas juventudes. Para Mesquita (2003), os movimentos estudantis se colocam como uma das possibilidades de inserção e atuação política para os estudantes, pois, ao conviver com outros jovens que compartilham das mesmas adversidades, o estudante se envolve coletivamente na busca comum das alternativas desejadas, construindo compromissos com sua condição atual: a de ser jovem.

Contudo, esses movimentos são organizações políticas plurais e, assim como os movimentos sociais vivenciaram transformações a partir das décadas de 1970 e 1980, esses também se alteraram, sendo hoje constituídos por entidades clássicas – como Diretórios Centrais de Estudantes ou Centros Acadêmicos – e também por coletivos, grupos e indivíduos que fazem emergir demandas referentes à raça, gênero, diversidade sexual, integrando-as às pautas mais amplas. Nessa perspectiva, destacamos a relevância da militância juvenil no espaço universitário, seja através dos movimentos estudantis, seja em ações coletivas organizadas de forma mais autônoma, que “ensaiam os modos de organização social que antecipam a forma de vida desejada” (GROPPO, 2019, p. 1032).

Percebemos uma postura crítica que transcende o espaço físico da universidade, e pleiteia mudanças nas propostas curriculares. Grosfoguel (2016) afirma a necessária descolonização do conhecimento em “universidades ocidentalizadas”, sugerindo que essas instituições operariam por uma forma de provincialismo que dissimula o desejo de manutenção de relações de poder. São mantidos, assim, certos privilégios epistêmicos no que tange às teorias científicas, oriundas de países do Norte global e, em geral, produzidas por homens brancos que tentariam explicar, a partir de seu ponto de vista, as realidades sociais e históricas de todo o mundo. Na outra ponta deste privilégio, conforme o autor, existe uma inferiorização epistêmica produzida em relação a conhecimentos e visões de mundo consideradas não ocidentais (Sul Global). Para o autor, isso configura o racismo e o machismo epistêmicos.

A entrada de estudantes negros, indígenas e com deficiências, majoritariamente oriundos de escolas públicas e a ação de coletivos e movimentos estudantis coloca em pauta a necessidade de uma mudança radical na estrutura da universidade e na organização do conhecimento acadêmico. Abaixo, apresentamos a metodologia, seguida de uma discussão sobre a universidade enquanto espaço de disputa por acesso, permanência e visibilidade de grupos sociais marginalizados.

Destacamos que o Seminário Avançado da UFRGS pretendia, dentre outros objetivos, discutir aspectos teóricos e ações coletivas, em aproximação à produção social de identidades políticas, problematizando reflexividades em jogo nas práticas e dinâmicas produzidas na atuação política juvenil. O Seminário compreendia, além da leitura e discussão de textos acadêmicos, a organização de mesas de debate nas quais jovens militantes foram convidados para falar sobre suas experiências em ações coletivas. Aí se insere a mesa cujos relatos são contemplados neste artigo.

Foram convidadas quatro¹ militantes de coletivos e movimentos sociais da cidade de Porto Alegre (RS). O convite foi elaborado pela mediadora e organizadora da mesa por meio de mensagens on-line (via redes sociais), e foi prontamente aceito pelas participantes, que foram convocadas a relatar sua trajetória nos movimentos sociais, enfatizando aspectos de gênero e sexualidade. Quanto à dinâmica da mesa, apresentou-se inicialmente uma minibiografia das participantes, seguido pelo relato de cada uma delas por cerca de 20 minutos. Ao final, oportunizou-se diálogo entre as convidadas e os estudantes matriculados no Seminário.

2 Caracterização dos movimentos sociais, coletivos e redes

Apresentaremos brevemente os movimentos sociais e coletivos que compomos com base em nossas vivências e em documentos produzidos no âmbito dos movimentos, coletivos ou redes.

¹ Quatro militantes integravam a mesa, mas, desta escrita, participaram apenas três delas. Os critérios para escolha das autoras foram a sua relevância nos movimentos e coletivos/redes que integram, seus itinerários de luta e a disponibilidade para escrita do artigo.

Para localizar as discussões, trazemos os conceitos de racismo e lesbofobia. No que se refere ao racismo, vale observar que se trata de uma violência que atravessa as esferas social, política, econômica e cultural. Seus efeitos – enquanto pedra angular do arranjo social brasileiro – explicitam-se em indicadores de desigualdades raciais no que diz respeito à renda, educação, moradia, distribuição espacial, saúde e em dados de violência. Munanga (2003) argumenta que o conceito de raça empregado hodiernamente é carregado de atributos etno-semânticos e político-ideológicos, sendo determinado pela estrutura societal e pelas relações de dominação que o sustentam. Esse conceito começou a ser reforçado com o alargamento do horizonte espacial euro-peu, entre os séculos XIV e XIX, e com a transformação do Oceano Atlântico no “epicentro de uma nova concatenação de mundos” (MBEMBE, 2018).

Dessa forma, a raça não é apenas concebida como uma ficção útil e um construto fantasmagórico que busca dissimular o empreendimento colonial, mas também conta com um caráter móvel, inconstante e caprichoso que serviria de combustível ao delírio autoficcionalizante europeu (MBEMBE, 2018). Para além disso, o processo de racialização gera a epidermização dos lugares sociais por meio de marcas fenotípicas e culturais, usando a raça para definir oportunidades e obstáculos experimentados pelas pessoas ao longo de suas vidas, junto da interiorização subjetiva desse processo pelo colonizador e pelo colonizado (FANON, 2008). As estratégias de racialização atravessam o alegado fim do período do colonialismo e perduram até os dias de hoje por meio da colonialidade do poder, que perpetua as táticas coloniais na modernidade e garante a continuidade do padrão de poder capitalista por meio da imposição de classificações raciais e étnicas (QUIJANO, 2009).

Defendemos, pois, a centralidade da luta antirracista. Ao compreender a estrutura racista da sociedade brasileira, podemos visualizar estratégias voltadas para a dissolução das desigualdades raciais e ousar romper com lentes essencialistas que buscam limitar os impactos do racismo simplesmente às relações intersubjetivas. Dessa maneira, almejamos uma construção social revolucionária, em que o reconhecimento da humanidade não seja condicionado por processos de racialização (FANON, 2008).

Em relação à lesbofobia, Lorenzo (2012) argumenta que se trata de uma construção cultural que opera como um mecanismo político de opressão, subordinação e dominação das lésbicas na contemporaneidade. No núcleo da lesbofobia está o sexismo, no qual se articulam o machismo, a misoginia e a homofobia e, assim, estabelece-se um tipo de opressão estrutural no contexto de um ordenamento sexual dominante, que organiza as relações erótico-afetivas dos sujeitos. De acordo com a autora, o sexismo se origina a partir da consideração de que a heterossexualidade é natural, superior e opositiva e, com base no pensamento binário, opõe-se à homossexualidade, considerada

antinatural, inferior e negativa. A lesbofobia é uma opressão vivida de forma específica por lésbicas, visto que é confor-mada pelo machismo – este inferioriza a mulher socialmente e a coloca em condição de subordi-nação em relação ao homem – e pela homofobia, tratando a homossexualidade como desviante quando comparada com o padrão heterossexual. Quando se reconhece o desejo heterossexual como único possível (homem e mulher em complementariedade), todas as outras práticas sexuais são vistas como desviantes. Como efeito de relações sociais desiguais, a lesbofobia se expressa a partir de quatro elementos: não aceitação da diferença, desumanização das lésbicas, exclusão e a violência. Nesse sentido, a luta contra a lesbofobia se constrói no cotidiano com a busca pelo fim das violências contra as mulheres lésbicas, tanto institucionalmente – com políticas públicas de proteção e prevenção –, quanto no cotidiano dos movimentos sociais e coletivos.

Passamos a apresentar os movimentos e coletivos de Porto Alegre (RS) dos quais somos integrantes, afirmando que estes se comprometem nas lutas antirracistas e contra a lesbofobia – mas também anticapacitista, antiLGBTfóbica, antifascista e anticapitalista.

2.1 Coletivo *Virgínias*

O Coletivo *Virgínias* nasceu na cidade de Porto Alegre (RS), em 2017, como um projeto de extensão da UniRitter, vinculado ao curso de Psicologia, onde desenvolvia ações no território da Gerência Distrital Sul/Centro Sul e Comunidade Cruzeiro, visando, principalmente, abordar aspectos de saúde sexual e psíquica de mulheres. Em 2019, se tornou, de fato, um coletivo feminista, trabalhando com a horizontalidade e autogestão, tendo como objetivo desenvolver ações voltadas para a defesa dos direitos e saúde das mulheres. Dentre as várias atuações do *Virgínias* estão as oficinas sobre saúde sexual voltadas para mulheres lésbicas e bissexuais, ministradas pelas militantes – que também são estudantes dos cursos de Psicologia e Enfermagem.

Em relação à saúde sexual de mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres, especificamente, Lima e Saldanha (2020) afirmam que há, atualmente, uma falta de esclarecimentos a respeito de insumos preventivos às IST's para lésbicas e há uma vulnerabilidade no que diz respeito à saúde dessas mulheres, acarretada pela ausência de campanhas voltadas para esse público que tenham grande repercussão.

Nesse sentido, a saúde sexual se torna uma das pautas dos movimentos sociais e de coletivos como o *Virgínias*, que leva, para a população porto-alegrense, informação e debates a respeito da saúde de mulheres. São sete militantes que se organizam, estudam, discutem e agem em prol da vida e do bem-estar das mulheres do município e que constroem de forma coletiva mudanças feministas.

2.2 Coletivo Negro Raça

O Coletivo Negro Raça, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), foi fundado por um grupo de estudantes negros em 2015, em virtude do desejo desses em participar do I Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros. Na sua origem, o Coletivo via a necessidade de representatividade racial e de promoção de discussões e ações que pautassem os desafios enfrentados pela população negra, tanto dentro do espaço acadêmico, quanto fora dele.

Dentre suas atividades, há a promoção de um espaço de acolhimento e reflexão das experiências vividas dentro da universidade, protestos, eventos culturais e científicos, e campanhas institucionais. Além disso, o Coletivo participa da Comissão de Heteroidentificação de Autodeclarações Raciais da UFCSPA, órgão voltado ao acesso de alunes negres na universidade. Participou, ainda, do Fórum do Plano de Desenvolvimento Institucional, em 2019, no qual solicitou mudanças nas leituras disponibilizadas na biblioteca, a contratação de professores negros, políticas de permanência, e a inclusão de disciplinas específicas sobre a temática étnico-racial nos currículos da graduação.

Destaca-se ainda a criação do projeto de extensão Raça nas Escolas, no qual se desenvolvem discussões em escolas da rede pública de ensino médio sobre o ingresso na universidade por alunes negres e de baixa renda. Mais tarde, o projeto se transformou no Programa de Extensão Sankofa, que hoje conta com três linhas de projetos de extensão. Criou-se também o Grupo de Estudos Afro-Brasileiros, órgão até então inexistente na universidade, bem como a primeira disciplina eletiva de saúde da população negra na universidade. Finalmente, é importante observar a participação do Coletivo em instâncias deliberativas da universidade, como o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o próprio Diretório Central de Estudantes.

2.3 Rede LesBi Brasil

A Rede Nacional de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e de Mulheres Bissexuais (Rede LésBi Brasil) é uma rede de mulheres lésbicas, sapatão e bissexuais feministas ativistas e pesquisadoras que nasceu em 2019, a partir da indignação da condição compulsória de invisibilidade e apagamento históricos das questões lésbicas e bissexuais das quais esses segmentos estão sujeitos. Os objetivos desta rede são a pesquisa, produção, organização, e articulação de militantes e pesquisadoras, além da busca de soluções das demandas de lésbicas e bissexuais brasileiras. Dentre os princípios, destacam-se a horizontalidade, a defesa dos direitos humanos, a interseccionalidade, a ética e a representatividade. Nessa perspectiva, a Rede LesBi Brasil se coloca como feminista, antirracista, anticapacitista, antipatriarcal, antifascista e anticapitalista e atua dentro e fora dos espaços

acadêmicos, orga-nizando ações como o LesboCenso Nacional, além de construções coletivas locais articuladas com outros movimentos sociais, promovendo atos públicos, distribuição de cestas básicas, encontros nacionais com rotatividade de regiões e formação de lésbicas e bissexuais. No que diz respeito ao LesboCenso, especificamente, é uma das ações de maior visibilidade de Rede LesBi, criado, prin-cipalmente, porque nem o censo do IBGE, nem a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua contemplam a orientação sexual ou a identidade de gênero das pessoas. Assim, o objetivo é reunir informações sobre autoidentificação, trabalho, educação, saúde, relacionamentos, relações familiares e redes de apoio que as lésbicas possuem nas diversas regiões do país com o objetivo de alterar o cenário de subnotificações de crimes e a falta de políticas públicas específicas. Nesta ação, todas as militantes foram mobilizadas na construção das questões, bem como na divulgação.

3 Os itinerários de três militantes de Porto Alegre (RS)

Nesta seção, apresentamos os relatos de experiência das três militantes autoras deste artigo, suscitados pelos debates ocorridos na mesa temática em questão. Nós temos em comum o fato de termos integrado coletivos e movimentos sociais após o ingresso na universidade e nossos relatos trazem marcas de nossas trajetórias e das formas como esses espaços nos afetam e são afetados pela nossa presença, enquanto sujeitas cisgêneras², não heterossexuais e, no caso de uma de nós, preta. Nesse sentido, salientamos a potência dos relatos de experiência, que, ao trabalhar com o vivido, oportuniza reelaboração reflexiva das experiências por meio da escrita. Lahire (1998) afirma que a ação demanda a existência de um corpo, porém, não necessita o tempo todo de sua presença imediata. Através da escrita, por exemplo, se faz possível marcar a presença mesmo quando se está fisicamente ausente. Dessa maneira, as práticas de escrita participam de uma reflexividade sobre si e de um domínio sobre si que é importante para que também a prática militante aconteça. Nessa perspectiva, apresentamos os relatos na primeira pessoa do singular, uma vez que cada relato constitui movimento (auto)reflexivo de uma das autoras.

3.1 Sobre as angústias de "se tornar negra" na universidade

Coloco-me enquanto estudante e militante negra e buscarei falar brevemente sobre minha atuação nos espaços políticos que ocupei e venho ocupando na universidade, especialmente o Coletivo Negro Raça da UFCSPA. Acredito que caiba pontuar que me identifico enquanto mulher preta, cisgênera e sáfica. Isso se relaciona, invariavelmente, com a maneira com que eu percebo as

² "Cisgênero", de acordo com Jesus (2012, p. 14), é um conceito "guarda-chuva" que diz respeito às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no momento de seu nascimento.

minhas contribuições para esses coletivos e, também, como eles me atravessam como pessoa em movimento.

Vale dizer que me sinto um tanto estranha em trazer muito sobre minha trajetória pessoal nesse percurso, porque eu o vejo de forma bastante coletiva. Mas ainda acho que isso faz toda a diferença sobre a motivação por trás da minha vinculação a esses movimentos. No início da minha graduação, ocorreu de eu me confrontar com uma série de angústias sobre a maneira como as coisas ocorriam na universidade. Desde a abordagem da temática racial – ou melhor, a falta dela – no currículo e no programa político-pedagógico, até a constituição do corpo discente e docente. Eu percebi a necessidade de me juntar com outras pessoas para compartilhar essas questões e buscar também fazer algo a respeito disso. Foi nesse contexto que um veterano do curso de Psicologia me apresentou o Coletivo Negro Raça, que ele havia fundado junto com outros colegas em 2015. Conhecer esse coletivo e esse amigo foram aspectos que me fizeram ter mais certeza dos caminhos que eu queria tomar.

Eu passei a me aproximar, então, de teorias e práticas que nunca tinha ouvido falar, e que até já tinha descartado. Comecei a, de fato, pautar raça nas minhas divagações e, com a ajuda dos companheiros do coletivo, passei a ver a inexistência de discussões sobre a temática racial, de gênero e de sexualidade na academia. Fui percebendo que os livros, as discussões, as disciplinas, tudo falava de um ser humano que não me parecia nem um pouco realista. Era um ser humano branco, classe média, geralmente europeu, muitas vezes norte-americano, homem, cisgênero, heterossexual. E daí eu me perguntava: Que ser humano é esse que as ciências da saúde, e até as sociais, as humanidades, se propõem a conhecer?

Devo muito do meu desenvolvimento profissional, acadêmico e pessoal, bem como da maneira com que eu vejo a política, à minha inserção nessa organização política estudantil, sobretudo, o contato com as primeiras autoras negras que eu li, as pessoas que eu conheci e os desencantamentos que eu, infelizmente, ou felizmente, vivi dentro da academia.

Para além disso, eu percebia que o Coletivo realizava, com as devidas proporções de alcance e profundidade, um processo de aquilombamento. Esse é um conceito muito caro para mim porque, ao pensar no aquilombamento numa dimensão mais simbólica, na direção do que propõe Nascimento (1985), podemos pensar numa luta que se coletiviza em prol de tudo aquilo que prioriza uma ética pela liberdade. Então, nesse Coletivo da UFCSPA, pensamos em todas as nossas atividades voltadas para a igualdade; por essa perspectiva mais equânime de alunes negres dentro da universidade.

Tudo isso engloba também a questão do gênero e da sexualidade, porque dentro do coletivo temos uma diversidade imensa nesse sentido – mulheres e homens cisgêneros, homens transgêne-

ros, pessoas não-binárias, bissexuais, pansexuais, lésbicas, gays. E, ao pensar de que maneira podemos pautar nossas discussões de forma que todos sejam englobados, temos de ser sempre empáticos e solidários às vivências de cada um dos membros do coletivo. Dessa forma, o aquilombamento se colocaria no sentido de nos unirmos visando uma luta conjunta, que vá contra uma lógica neoliberal, de herança violentamente colonial e que tenta nos impedir de alcançar conquistas em termos sociais. Isso ocorre nas mais diversas dimensões da sociedade, mas, na nossa microssociedade da universidade, isso acaba se destilando nas disciplinas e até na atmosfera do curso, na relação com professores e colegas.

Eu quero reforçar, no entanto, que não desmereço o potencial oferecido pela universidade para trabalhar temáticas sobre o paradigma acadêmico e as ferramentas que ela oferece aos estudantes. Em tempos de ataque à universidade e à ciência, reitero que nossas reflexões se expressam de forma apenas a melhorar esse espaço e torná-lo mais plural. Todavia, justamente por amar a universidade e querer protegê-la, não deixa de me incomodar o fato de que raramente essas atividades de inclusão – como as desenvolvidas pelo Coletivo – costumam ser propostas pela instituição. Ainda penamos muito com questões de acesso e permanência de estudantes por meio das ações afirmativas, e nossas conquistas seguem em perigo diante de retrocessos políticos. Na maioria das vezes, são ações desenvolvidas – ou ao menos demandadas inicialmente – pelos coletivos dos quais a gente participa e pelos quais empreendemos muita energia. Não obstante, ainda temos muita satisfação com a sua realização, especialmente diante do sucesso de muitas de nossas empreitadas.

3.2 Ser lésbica militante em uma universidade privada

Fiquei pensando como foi, para mim, essa construção de hoje chegar e afirmar que eu sou uma sapatão. Então, esse percurso começa na universidade, onde eu vou conhecendo outras mulheres e vou começando, também, a pensar em algumas movimentações políticas muito através, primeiro, dos programas de extensão e, depois, dos próprios coletivos. Minha formação vem de dentro de uma universidade particular, apesar de eu ter feito o uso de bolsas do início ao fim da faculdade, e acho que isso é um recorte importante. No período em que estive na universidade, busquei trazer interrogações acerca das questões de gênero e sexualidade. Estas questões atravessavam o meu corpo de modo mais intenso naquele momento já que estava me descobrindo lésbica. Além de desejar produzir questionamentos sobre outros sujeitos, e não somente o sujeito asséptico e universal das aulas do curso de Psicologia, eu também queria espaço. Tentava compreender o lugar que ocupava enquanto estudante, mulher, lésbica e bolsista. Como afirmei no seminário:

Escutava muito que esse era um espaço que eu não podia ocupar, o espaço de alguém que reclamava, que estava lá pra incomodar. Sofri diversas perseguições durante esse processo dentro

da universidade mesmo e isso foi algo que, quando eu saí, eu fui buscar outros lugares em que eu pudesse me identificar.

Iniciei meu percurso na militância política alternando entre o movimento LGBTQ+ e coletivos feministas, mas não me sentia conectada a nenhum deles. Se, por um lado, o movimento feminista não dava conta de pensar o que era a lesbianidade, por outro, o movimento LGBTQ+, não dava conta de pensar o que era ser uma mulher, o que era ser uma mulher ocupando esse espaço. Então, por muito tempo, eu me vi circulando entre esses dois lugares e pensando qual era o espaço que eu de fato ocupava.

Para Souza e Gonçalves (2020, p. 33), “reconhecer-se enquanto mulher lésbica é um ato político (...). É necessário falar sobre a pluralidade do feminismo e do movimento LGBTQ+ para que as mulheres lésbicas sejam ouvidas”. Então, vai crescendo em mim a urgência de uma organização política muito forte, e aquele discurso que já me incomodava passa a me incomodar muito mais dentro desse cenário, aquele discurso neoliberal, pensando sempre nas liberdades individuais, sem um recorte de classe consistente. E é nesse momento que eu começo a perceber o incômodo que meu corpo começa a causar na rua, e, a partir disso:

(...) encontro, em 2019, a Jornada Lésbica Feminista Antirracista, encontro um lugar. Com aquelas mulheres que pude construir uma identificação e entender que aquilo que o meu corpo se incomodava não era pira da minha cabeça, que isso não era uma questão individual, era real, era sim uma questão coletiva!

Assim, naquele momento, sinto que meu corpo passa a não ser mais só cenário dessa violência, mas também passa a ser denúncia dessa violência. E essa é uma virada de chave que eu entendo que ocorre muito por essa organização política, porque quando a gente organiza esse corpo sapatão, a gente não está organizando só um corpo, simplesmente, mas a gente está organizando a dor, a gente está organizando a raiva. Como afirmei no seminário: “Isso é combustível pra gente lutar (...). O meu corpo, esses outros corpos sapatões, são corpos que quebram com um certo contrato, né? Um contrato que é cisgênero, que é heterossexual, da branquitude, e isso causa muito incômodo”.

Neste sentido, Falquet (2002), sublinha que nós, lésbicas, ao nos recusarmos a este contrato colocamos em discussão a existência das categorias políticas mulheres e homens. Por isso, para mim é tão importante pensar no debate da classe junto, porque um dos elementos que sustentam o capitalismo é o controle dos corpos. Então, não pensar nesse debate para além do direito a se relacionar, do direito ao amor, é cair nessas armadilhas neoliberais que estão à nossa volta o tempo todo.

O meu encontro dentro da Jornada Lésbica Feminista Antirracista, que é um dos espaços que eu ocupo, é para organizar essa dor e essa raiva, entendendo que ali a gente estava construindo uma jornada, uma série de atividades para o mês da visibilidade lésbica, mas que não era só sobre isso. Construimos relações politicamente afetivas. Potentes. As mulheres que participavam eram as pessoas que eu encontrava uma vez por semana pra fazer o agosto acontecer, mas também eram as mulheres para quem eu iria pensar em ligar, caso sofresse uma violência. Agora eu tenho para quem ligar, agora eu sei com quem eu posso contar, quem anda ao meu lado e que não estou só.

3.3 Entender-se lésbica coletivamente: a experiência dentro da universidade

Perceber-se lésbica pode ser um processo solitário para muitas de nós, o medo é capaz de nos amordaçar e silenciar. Silêncio esse que é histórico, que a heteronormatividade insiste em perpetuar nos patologizando e nos colocando no lugar da imoralidade. Vivi esse processo durante uma parte da minha vida – e juventude – em silêncio, tentando “não ser”. Porém, foi no seio do movimento de ocupação das universidades – no ano de 2016 – que decidi gritar com orgulho a minha lesbianidade. Me permiti gritar quando conheci outras mulheres como eu, me fortaleci quando compreendi que essa experiência é, também, coletiva e que muitas sensações que vivenciei são compartilhadas – de formas diferentes – por muitas outras.

Nesse sentido, descrevo um pouco da minha trajetória de militância que se iniciou no chão do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UFRGS, ao lado de outras e outros colegas, mas que não se limita à universidade. Iniciei meus estudos na UFRGS em 2015, E logo no ano seguinte, em 2016, vivenciamos um golpe de estado e a proposta da PEC 95³ e da Reforma do Ensino Médio⁴. Iniciaram-se as ocupações das escolas e, em seguida, das universidades com o objetivo de barrar essas duas propostas. No IFCH resistimos por dois meses com intensas atividades construídas por nós, estudantes, a partir da nossa apropriação do espaço – a exemplo dos cine-debates, oficinas de arte, rodas de conversa, assembleias, mutirão de limpeza –, produzindo conhecimento e luta coletivamente. A militância me fortaleceu; percebi a importância das ações coletivas e o poder destas na mudança da conjuntura e da sociedade. Somada a essa percepção, ouvindo os relatos de outras colegas lésbicas, me senti compreendida no âmbito da minha sexualidade, me senti fortalecida; tinham outras resistindo e lutando ao meu lado.

³ A Emenda Constitucional nº 95 (PEC 95), de dezembro de 2016, tornou efetiva uma mudança constitucional que instituiu um Novo Regime Fiscal no Brasil. Prevendo que, até o ano de 2036, o orçamento do Poder Executivo não pode ser reajustado por percentuais acima da inflação do ano anterior.

⁴ O chamado Novo Ensino Médio é resultado da Medida Provisória 746 de 2016, convertida na lei 13.415, implementada em 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, transformando a estrutura do ensino médio brasileiro.

A partir de então, percebi que nenhum espaço de conhecimento abordava a lesbianidade e decidi que minha militância também se faria dentro da universidade. Passei a pesquisar sobre lésbicas dentro do meu curso – licenciatura em Ciências Sociais – sempre que tinha a oportunidade, bem como falar sobre nossas pautas neste ambiente. Compreendi que não há homogeneidade nas relações e nos sofrimentos imputados às mulheres lésbicas – eu, enquanto lésbica cisgênera e branca, vivi experiências diferentes de lésbicas não brancas, por exemplo. Existem recortes e especificidades dentro de cada contexto social, e diferenças marcadas também por questões étnico-raciais, sociais, religiosas, entre outras, dentro de um mesmo segmento. Nesse sentido, é importante estarmos atentas a uma teia de relações e a diferentes jogos de força para percebermos como a opressão atua e constitui as subjetividades e os enfrentamentos cotidianos na vida de mulheres lésbicas. Paralelamente, construí ao lado de outras colegas lésbicas o I Mês da Visibilidade Lésbica na UFRGS e integrei o coletivo Lésbicas Que Pesquisam durante os anos que sucederam a ocupação.

A partir dessas experiências, passei a compor também outros espaços de militância. Ajudei a construir o coletivo CINESAPA, que tinha como objetivo estudar o cinema com a temática lésbica – produções elaboradas sobre e a partir dessa sexualidade – e organizar eventos sobre o tema. Também me inseri, como professora de Sociologia, no cursinho pré-vestibular popular TransEnem, elaborado coletivamente por LGBT+s, que tem como proposta oferecer um curso popular gratuito pré-ENCCEJA e pré-vestibular à população LGBT+, bem como ser também um espaço de acolhimento e troca.

Atualmente, componho a Rede LesBi Brasil ao lado de outras companheiras pesquisadoras e militantes, construindo pesquisas, ações, protestos e eventos, priorizando nossas pautas e demandas. Além disso, elaboro uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo investigar os ativismos de jovens lésbicas que militam também nas redes sociais virtuais. A universidade foi onde iniciei minha trajetória de militância, onde conheci outros jovens e outros movimentos, abrindo caminhos para que eu também passasse a lutar em outros espaços. A partir de todas as práticas que vivi e vivo, entendo que é na experiência, no ouvir, no narrar, no debater que construímos a horizontalidade dentro dos movimentos sociais e, principalmente, aprendemos com as outras pessoas. Reitero, conforme Gomes (2017), que há um caráter pedagógico em todos os processos de construção de ação coletiva, que nos relembram que a educação se desenvolve em vários espaços e não apenas dentro do ambiente escolar. Ainda é difícil ser lésbica na conjuntura atual, ainda há muita luta contra a lesbofobia e outras opressões que violentam e estigmatizam os sujeitos “outros”, é preciso resistir e tentar criar possibilidades de existência, mas coletivamente é um pouco menos doloroso. A luta se faz lado a lado.

4 Considerações finais

Neste trabalho, procuramos refletir a respeito da relevância da presença de sujeitos negros e não heterossexuais no ambiente universitário, partindo de relatos de experiência das próprias autoras que se inseriram na militância após o ingresso na universidade. Buscamos, também, reafirmar a importância dos movimentos nos quais estamos inseridas, trazendo um pouco de suas histórias para este texto. É possível perceber, empiricamente, que o espaço universitário se coloca, para muitos jovens, como possibilidade de aproximação tanto da militância estudantil, quanto de outros movimentos sociais.

Os momentos de discussão oportunizados no espaço da universidade, como é o caso do Seminário Avançado, são cada vez mais urgentes por permitirem debates horizontais entre pesquisadores e militantes. Isso se faz verdade não só por produzirem reflexividade a partir das narrativas, mas também porque possibilitam que outros sujeitos possam conhecer as ações políticas mobilizadas nas universidades. Ademais, observamos que esse é um tipo de atividade que se alinha com uma tendência de produção em pesquisa, ensino e extensão que busca acompanhar as mudanças sociodemográficas da universidade e sua implicação política com a mudança social. Não obstante, determinados setores sociais continuam a resistir à tal transformação, de modo similar à resistência reacionária corrente em momentos de embate instituinte (BAREMBLITT, 2002). Visualizamos, na ação política de jovens implicados com a mudança social e a alteridade, uma presença que pode se tornar "incômoda" para práticas institucionais pautadas pela conservação de modos normativos de produção de conhecimento. Mais que isso, acreditamos que tal presença tem o potencial para transformar radicalmente o espaço universitário.

Dessa forma, vemos um movimento de defesa à educação e à ciência que desafia essas áreas a se desenvolverem em prol da justiça social, fortalecendo-se diante das pressões neoliberais que buscam sua extinção. Assim, facilita-se não só o acesso dos sujeitos à educação e ao ensino superior, mas também sua permanência, bem como a de suas conquistas nesse campo. Logo, acreditamos também que a alegada "balbúrdia" é tão somente a expressão de uma universidade que vem se tornando – mesmo que vagarosamente – mais plural, inclusiva e, quiçá, aquilombada.

Por fim, vemos que os coletivos e movimentos estudantis acabam por também tensionar práticas epistêmicas instituídas e, por meio da organização política, reiteram a relevância de "outros" conhecimentos que melhor contemplem as múltiplas realidades sociais, históricas e culturais (KILOMBA, 2020). Desse modo, produções tradicionalmente posicionadas no lugar de inferioridade epistêmica são agora trazidas à centralidade, propondo um verdadeiro aquilombamento dos projetos político-pedagógicos e das políticas de permanência estudantil. Assim, podemos visualizar

a possibilidade de uma universidade voltada a demandas comunitárias e ao compromisso ético e político com a pluralidade.

Referências

BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano VI, n. 5, p. 8-31, 2012.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista brasileira de Educação, v. 16, p. 333-361, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017.

GROPPO, Luís Antonio et al. Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. Praxis educativa, v. 14, n. 3, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, v. 31, p. 25-49, 2016.

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgênero, para formadores de opinião. 2. ed. Dezembro/2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br>.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LIMA, Michael Augusto Souza de; SALDANHA, Ana Alayde Werba. (In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, 2020.

LORENZO, Ángela Alfarache. La construcción cultural de la lesbofobia. Una aproximación desde la antropología. Homofobia: laberinto de la ignorancia. México, p. 125, 2012.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. n-1 Edições, 2018.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], n. 66, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB, 2003.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: A. Ratts. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 1985.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B. S. Santos & M. P. Menezes (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (p. 73-117). Edições Almedina, 2009.

SOUZA, Tânia Lara Marcelino; GONÇALVES, Aline Najara da Silva. Lésbica futurista, sapatoná convicta: da abjeção ao ser político. *Discentis: Revista Científica* da Universidade do Estado da Bahia-Campus XVI-Irecê, v. 8, n. 1, p. 27-36, 2020.